

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Decisão de Dino afeta R\$ 4,8 bi em penduricalhos previstos no TJ de São Paulo 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Ações do Congresso e do Judiciário comprometem equilíbrio fiscal 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Investigado em aportes do Rioprevidência no Master joga mala com R\$ 429 mil pela janela 8

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Legislativo e Executivo agradam ao funcionalismo ignorando crise fiscal (Editorial) 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Master: auditoria vê "copia e cola" em contratos 10

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
ANFIP

Reforma tributária: com extinção do PIS, Cofins e IPI, R\$ 40 bilhões em benefícios fiscais deixarão de existir em 2026 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

TJ-SP recorre contra suspensão de penduricalhos 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Ibovespa atinge novo recorde 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Galípolo: "Banco Central é mais transatlântico do que jet ski" 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça Federal de São Paulo livra varejista do adicional de 10% sobre o lucro presumido 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Dinheiro do Rioprevidência voa pela janela 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Atividades intelectuais reduzem comprometimento da mente 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil tem novo bilionário: fundador do Agibank entra para lista após IPO da fintech 22

Quinta-Feira, 12 de Fevereiro de 2026

PORTAL UOL - COTIDIANO
SEGURIDADE SOCIAL

Caso Master e do INSS começaram em governo que não detectava corrupção, diz ministro da CGU

..... 23

Decisão de Dino afeta R\$ 4,8 bi em penduricalhos previstos no TJ de São Paulo

JULIANO GALISI

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) prevê gastar R\$ 4,8 bilhões em 2026 com os penduricalhos afetados pela decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu pagamentos a servidores que extrapolam o teto do funcionalismo e não estão previstos em lei.

Ontem, a Corte paulista pediu ao STF a reconsideração da decisão, que foi proferida em caráter liminar (mais informações nesta página).

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Francisco Eduardo Loureiro, que assumiu o comando do maior tribunal estadual do País na semana passada, não adota o termo "penduricalhos" - amplamente utilizado por Dino em sua decisão. Para o desembargador, trata-se de "política salarial".

"Eu recebi a notícia da questão da política salarial, essa é a palavra correta, com absoluta tranquilidade", disse ele, na ocasião.

Um levantamento do Estadão identificou pelo menos seis rubricas do TJ de São Paulo pagas a servidores e magistrados sem previsão legal. Em 2026, a reserva do orçamento da Corte para esses pagamentos soma R\$ 4,8 bilhões, o que equivale a mais de 20% dos R\$ 19,3 bilhões do orçamento anual do tribunal.

Por terem natureza "indenizatória", os pagamentos não estão sujeitos ao limite de remuneração de **servidores públicos** previsto na Constituição, fixado no vencimento de um ministro do STF, de R\$ 46 mil mensais.

Em nota, o TJ-SP informou que "não questiona a preocupação do Supremo Tribunal Federal com o regramento da política remuneratória, mas, sim, a forma e o meio processual escolhidos para decidir sobre o tema". O argumento é o mesmo mencionado no recurso apresentado contra a decisão de Dino.

LICENÇA. Metade do valor é destinada ao pagamento de um único penduricalho, a licença compensatória para juízes e desembargadores. O benefício concede um dia de licença remunerada para cada três trabalhados, sendo permitida a conversão de folgas não fruídas em dinheiro. O TJ de São Paulo reservou

R\$ 2,2 bilhões para o pagamento dessa licença aos magistrados.

Os magistrados também têm direito ao pagamento de férias indenizadas. Neste ano, a rubrica custará R\$ 127,3 milhões ao tribunal paulista.

Servidores, juízes e desembargadores do TJ-SP também dispõem da licença-prêmio, que concede três meses de folga para cada cinco anos trabalhados.

O pagamento previsto é de até três meses da remuneração bruta do servidor.

CONVERSÃO. Assim como a licença compensatória, dias de descanso não fruídos podem ser convertidos em dinheiro.

Embora autorizado em lei, o pagamento do benefício no Judiciário só foi regulado por portarias e resoluções. A Corte paulista destinará R\$ 23,8 milhões com o pagamento da verba para juízes e desembargadores.

Aos servidores do tribunal, a reserva é da ordem de R\$ 309,1 milhões.

O TJ também paga o auxílio-saúde de servidores e magistrados sem previsão em lei, baseando-se apenas na edição de uma portaria. O benefício aos servidores varia de R\$ 718 a R\$ 1,2 mil, e custará R\$ 945 milhões em 2026. O pagamento aos magistrados é superior, indo de R\$ 2,8 mil a R\$ 4,2 mil, e totaliza R\$ 204 milhões. Os valores incluem os pagamentos previstos para os aposentados e pensionistas de cada categoria.

Assim como o auxílio-saúde, o TJ-SP paga o auxílio-alimentação e o auxílio-creche (ou pré-escolar) de servidores e magistrados sem uma regulamentação em lei. O benefício para alimentação é de R\$ 80 por servidor e custará R\$ 892 milhões em 2026. Já o auxílio-creche, que varia de R\$ 805 a R\$ 1,2 mil por servidor, onera os cofres públicos em R\$ 47,9 milhões.

JULGAMENTO. Na semana passada, em uma primeira manifestação do Executivo sobre a decisão de Dino de dar fim aos penduricalhos sem base legal para servidores federais dos três Poderes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apoia a

determinação do ministro. O presidente do STF, Edson Fachin, marcou para o dia 25 de fevereiro, em plenário físico, o julgamento definitivo da decisão na Corte.

Para especialistas, a decisão de Dino decorre de uma lacuna legal. O vácuo normativo diz respeito ao conceito de "verba indenizatória" - categoria em que se enquadram esses adicionais salariais. Na prática, esses pagamentos permitem que a remuneração de servidores ultrapasse o teto, sem que haja uma norma nacional que padronize o que pode, de fato, ser classificado como verba indenizatória.

A Emenda Constitucional 135, promulgada em dezembro de 2024 para promover cortes de gastos, previa a edição de uma lei pelo Congresso com parâmetros para as verbas indenizatórias.

Essa lei, contudo, não foi editada até agora.

Com isso, órgãos dos três Poderes criam penduricalhos por meio de atos administrativos.

De acordo com juristas, os fins são diversos e se distanciam do conceito de indenização.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ações do Congresso e do Judiciário comprometem equilíbrio fiscal

Jéssica Sant'Ana De Brasília

A agenda do ajuste fiscal precisa ser liderada pelo Executivo, mas o Congresso e o Judiciário também são atores importantes para o avanço de medidas para o equilíbrio das contas públicas. Contudo, parlamentares, juízes e ministros atuam muitas vezes na direção oposta, aprovando medidas que aumentam os gastos públicos ou que dificultam o controle da expansão de despesas. Falta, segundo especialistas, uma consciência da gravidade da situação fiscal do país, que tem uma dívida pública que pode ultrapassar a marca de 100% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no médio prazo, se nada for feito para alterar esse cenário.

O exemplo mais recente da falta de compromisso dos Poderes com a agenda de ajuste fiscal foi a aprovação, neste mês, de projetos de lei que aumentam os salários e penduricalhos dos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A medida tem impacto fiscal de R\$ 790 milhões somente neste ano, caso seja de fato implementada.

Os penduricalhos aprovados vão permitir casos de remunerações mensais acima do teto do funcionalismo - hoje em R\$ 46.366,99. Os projetos aguardam sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Mas o governo federal, pressionado, estuda vetar ou não sancionar as medidas. Também após a reação contra os supersalários, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu liminar suspendendo os penduricalhos no serviço público e limitando a remuneração ao teto constitucional. O prazo é de 60 dias para adequação, mas o alcance da medida é incerto e gera preocupações de que haja um movimento político para aumento do teto do funcionalismo.

O movimento do Legislativo não foi isolado. Também foram aprovados projetos de lei do Executivo que terão impacto fiscal de até R\$ 5,3 bilhões em 2026, sendo R\$ 4,2 bilhões devido a aumento de salários e gratificações, e R\$ 1,08 bilhão relativo à criação de 16 mil cargos para as instituições federais de ensino e novas carreiras transversais. Os textos foram aprovados pela Câmara e aguardam aval do Senado. Antes, o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia aprovado projeto aumentando salários dos seus servidores e o próprio Judiciário é conhecido por

penduricalhos que fazem as remunerações de magistrados, por vezes, ficarem acima do teto.

O economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, afirma que uma das razões para a adoção do teto de gastos em 2016, e sua correção apenas pela **inflação**, era justamente frear o crescimento excessivo das despesas de pessoal dos "Poderes autônomos" (Judiciário, Legislativo, MPU, TCU e DPU). Esses Poderes e órgãos gozam de autonomia orçamentária e institucional, por determinação constitucional, mas essa autorização tem sido utilizada pelas corporações para aumentar os seus ganhos de renda, explica.

"Quando o teto de gastos foi substituído pelo novo arcabouço fiscal, os Poderes autônomos passaram a ter direito a aumento real de despesa de 2,5% ao ano. Isso abriu espaço para aumentos adicionais de salários e penduricalhos. A despesa desses Poderes é fortemente concentrada em despesa de pessoal e benefícios a servidores. Isso difere do Poder Executivo, que tem que lidar com outras questões, como aumento da massa de aposentados, ampliação de investimento em infraestrutura ou criação de novas políticas públicas. Por isso, não faz sentido dar aumento real de orçamento para os Poderes autônomos todos os anos", defende Mendes.

Ele estima que, em 2030, o nível autorizado de despesa desses Poderes estará, em valores reais de 2025, R\$ 15 bilhões mais alto do que se a regra do teto de gastos tivesse sido mantida. E o valor acumulado gasto a mais, na soma do período 2024-2030, sempre em valores de 2025, será de R\$ 54 bilhões. "Evidentemente essa maior folga orçamentária impulsionou a criação dos novos penduricalhos salariais, sob o argumento de que há orçamento disponível para pagar", diz o especialista, que foi um dos formuladores da emenda do teto de gastos.

Os supersalários são apenas o exemplo mais recente. Em 2025, o Congresso e o Judiciário aprovaram medidas que terão impacto fiscal estimado em ao menos R\$ 58,5 bilhões neste ano, de acordo levantamento e cálculos do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos (ver quadro nesta página). O número não considera os R\$ 790 milhões dos supersalários, ainda em fase de sanção presidencial.

Alguns exemplos das medidas já em vigor: o Legislativo aprovou a definição de fibromialgia como deficiência, permitindo o acesso de pessoas com essa doença ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e outra lei que autoriza pensão especial a pessoas com microcefalia. Além disso, impediu que o governo endurecesse as regras de acesso ao BPC pago a pessoas com deficiência. Os parlamentares também fragilizaram as regras de controle das contas públicas, ao aprovar, com aval do Executivo, a exclusão de gastos com defesa e de despesas de saúde e educação financiadas pelo Fundo Social (FS) do limite de gastos e da meta de resultado primário. Também foi aprovado um novo programa de renegociação de dívidas com Estados (Propag), que pode ter um impacto financeiro de R\$ 29,5 bilhões em 2026.

Já o Poder Judiciário teve decisões no ano passado que permitiram o pagamento de BPC para vítimas de violência doméstica e auxílio-maternidade para trabalhadoras autônomas, dispensando essas mulheres de 11 meses de contribuição prévia. Além disso, já houve votos de ministros do STF em 2024 para derrubar pontos da reforma da Previdência de 2019 referentes a **servidores públicos**.

O economista Pedro Nery, especialista em Previdência e professor do IDP, avalia que há um risco crescente de o Judiciário tomar decisões de caráter populista, porque os ministros viraram "alvo da população".

"O STF está tendo votações muito apertadas sobre reforma da Previdência [de 2019], apesar de ser emenda constitucional. Era algo que não aconteceu nas reformas anteriores. E é uma coalizão de votos diferente", afirma. "O Supremo na teoria tem um papel "contramajoritário". E ajuste fiscal é isso. Como manter esse papel quando parte da população já rejeita a corte por outros motivos e sabe até o nome de parente de ministro? Talvez seja uma nova era", completa.

Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, pondera que em 2023, na tramitação do novo arcabouço fiscal, o Congresso teve um papel fundamental no aprimoramento e correções de falhas da proposta que havia sido enviada pelo Executivo. Pelo lado do Judiciário, também houve decisões recentes que foram importantes para evitar um aprofundamento do desequilíbrio fiscal, como no julgamento da tese da "revisão da vida toda" do **INSS**, que teria impacto bilionário sobre a **Previdência Social**.

Por outro lado, essa postura dos Poderes em relação a temas mais macro não se reflete nas decisões sobre suas próprias despesas, diz Bittencourt. "Além das correções salariais mais convencionais, outras

iniciativas como criação de verbas indenizatórias ou exceções impostas para despesas custeadas com receitas próprias tiram eficácia de importantes regras fiscais, como o teto remuneratório do funcionalismo e o limite de gastos da Lei Complementar 200/2023", diz o head do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional.

O economista Marcus Pestana, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) - órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado -, avalia que falta aos atores públicos um diagnóstico preciso da gravidade do quadro fiscal. Como não há uma grave crise econômica em curso no país neste momento, falta senso de urgência. "Não é uma crise aguda, é uma deterioração lenta que se manifesta no crescimento da dívida, déficits primários recorrentes e baixo nível de investimento", afirma.

Pestana defende a criação de um conselho ou comitê entre os Poderes para discussão sobre Orçamento público e pautas fiscais comuns.

"Os Poderes são autônomos, ninguém controla o baralho totalmente. Então, seria importante ter um instrumento institucionalizado de coordenação entre os Poderes. Claro que ninguém poderia se sobrepor, as decisões seriam tomadas por unanimidade e os parâmetros de gastos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal teriam que ser respeitados, mas é preciso um mecanismo ágil de concertação fiscal", argumenta o diretor da IFI.

Zeina Latif, consultora econômica e sócia da Gibraltar Consulting, acredita que o cenário atual é reflexo da baixa disposição política para conter gastos somado ao quadro de polarização política, que atrapalha a adoção de medidas estruturais. Ela também avalia que falta uma estrutura de governança, porque as leis não têm sido suficientes para garantir que haja o ajuste fiscal e o compromisso das instituições com essa agenda.

"Não existe hoje um desenho institucional que consiga frear isso. Não há órgãos, instituições que ajudem a conter desrespeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal. A gente rasga a LRF com muita facilidade e não há nenhum tipo de sanção", afirma Zeina. "É um desenho que não tem incentivo para os demais Poderes seguirem a regra do jogo da responsabilidade fiscal", completa a especialista.

Bittencourt observa que o alinhamento dos Poderes em torno de uma agenda de ajuste fiscal acaba limitado pela independência constitucional desses Poderes. Por isso, ele entende que o alinhamento sobre essa agenda depende muito mais da liderança do Executivo. "Não há ajuste fiscal capitaneado por outro Poder que não o Executivo. E o efeito

demonstração nesta agenda é muito importante."

Zeina também avalia que o compromisso com o equilíbrio das contas públicas tem que partir do Executivo: "Ninguém vai ser mais realista que o rei. O que eu quero dizer: se o próprio Executivo não puxa essa agenda, os outros Poderes também ficam com uma postura mais leniente".

Bittencourt afirma que a política fiscal do governo Lula 3 está focada no aumento de receita, e os demais Poderes têm sido totalmente colaborativos, visto os aumentos de **tributos** propostos pelo Executivo, aprovados pelo Legislativo e validos pelo STF. Também houve movimentos coordenados para excetuar despesas do limite de gastos e da meta de resultado primário.

"Não se percebe a mesma energia no lado da despesa. É difícil imaginar que os Poderes Legislativo e Judiciário se comportariam de maneira diferente, e eles têm usado de sua autonomia a seu favor", afirma Bittencourt. "Só há chance de se alterar este quadro se houver uma sinalização, pelo lado do Executivo, de uma nova estratégia para a despesa", completa.

Zeina acrescenta que não falta diagnóstico e debate técnico qualificado sobre o problema fiscal. "O nó é da política, porque o grau de avanço de diagnósticos do lado técnico é bastante claro, até mesmo dentro da própria burocracia estatal", frisa a consultora. "Para essa engrenagem funcionar, ela precisa chegar na política. E aí não tem jeito, depende muito da liderança do Executivo."

A economista lembra que o custo de não fazer um ajuste fiscal vai ficando muito alto ao longo do tempo. "Leva você a ter um Estado que não consegue promover um ambiente macroeconômico saudável, deixa o país muito mais vulnerável a choques inflacionários", diz. "As pessoas querem um Estado que funcione melhor. Precisamos mostrar que existe uma agenda [de equilíbrio das contas públicas] e que ela não está vulnerável a ciclo político", conclui Zeina.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260212/>

Investigado em aportes do Rioprevidência no Master joga mala com R\$ 429 mil pela janela

FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO

A Polícia Federal deflagrou ontem a terceira fase da Operação Barco de Papel, que apura suspeitas de irregularidades em aportes do Rioprevidência, fundo dos servidores do Estado do Rio, em títulos do Banco Master. Um dos alvos da operação jogou pela janela uma mala com R\$ 429 mil em espécie ao ser surpreendido por agentes da Polícia Federal em Balneário Camboriú, cidade do litoral de Santa Catarina.

Dois mandados de busca e apreensão foram cumpridos na manhã de ontem em Balneário Camboriú e em Itapema, também em Santa Catarina, autorizados pela 6.^a Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Além dos R\$ 429 mil, a operação resultou na apreensão de dois veículos de luxo e dois smartphones.

Segundo a PF, a terceira fase da Operação Barco de Papel foi motivada por "indícios de obstrução de investigações e de ocultação de provas".

APLICAÇÃO NO MASTER. O fundo de previdência dos servidores do Rio de Janeiro aplicou R\$ 970 milhões no Banco Master, instituição liquidada pelo Banco Central no dia 18 de novembro do ano passado, suspeita de operar créditos podres, sem qualquer garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o que poderia gerar prejuízos aos servidores.

Batizada de Barco de Papel, a operação suspeita que as operações foram aprovadas de forma irregular, incompatíveis com a finalidade do instituto de previdência e expuseram os **servidores públicos** a "risco elevado". São apurados crimes contra o sistema financeiro nacional, gestão fraudulenta, desvio de recursos, induzir em erro repartição pública e fraude à fiscalização ou ao investidor, associação criminosa e corrupção passiva.

A primeira diligência da PF na investigação atingiu o ex-diretor de investimentos do fundo Euchério Rodrigues, e o exgerente de investimentos Pedro

Pinheiro Guerra Leal, que haviam deixado seus cargos após as suspeitas envolvendo o caso Master.

Segundo o fundo, os papéis foram emitidos entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034. Atualmente, a autarquia está em negociação para substituir as letras por precatórios federais.

EX-PRESIDENTE DO FUNDO. Em 3 de fevereiro, o ex-presidente do Rioprevidência Deivis Marcon Antunes foi preso por agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Antunes havia deixado a direção do fundo em 23 de janeiro, após a primeira fase da Operação Barco de Papel, e viajou para os Estados Unidos poucos dias antes das diligências. O Estadão apurou que antes da viagem, no dia 15, ele passou a evitar a própria residência no Rio de Janeiro e se mantinha em estado de alerta, receoso de ser surpreendido por uma operação da Polícia Federal.

Ao retornar dos Estados Unidos, Antunes desembarcou no aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo, e pretendia seguir de carro para o Rio de Janeiro.

O voo do ex-presidente do fundo previa conexão em Guarulhos com destino ao aeroporto do Galeão, no Rio. Ele, porém, não compareceu ao embarque.

Em vez disso, alugou um carro e seguiu pela Rodovia Presidente Dutra. Em uma operação coordenada pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal, acabou preso em Itatiaia, já no Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 200 quilômetros de São Paulo.

Antunes deixou Guarulhos de carro por volta das 7h e foi preso às 9h pelos federais. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Legislativo e Executivo agradam ao funcionalismo ignorando crise fiscal (Editorial)

O lugar-comum do "trem da alegria" - evocado para descrever as benesses concedidas na semana passada aos servidores do Legislativo e contestado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) - não é mesmo uma boa imagem para retratar a benevolência do Congresso com o funcionalismo. Melhor seria falar numa sucessão de comboios quilométricos, puxados por mais de uma locomotiva. O impacto dos mimos não ficará nos R\$ 790 milhões previstos. Com o conhecido efeito cascata, pedidos de equiparação Brasil afora tornarão a conta muito mais cara. E ela não é única. Desde maio, projetos aprovados pelo Congresso, com beneplácito do Executivo, resultaram num salto de R\$ 33 bilhões nos gastos com pessoal neste ano e em 2027, como mostrou reportagem do GLOBO.

A cifra expõe o descaso do Legislativo e do Executivo com a crise fiscal. As vésperas das eleições, num país com dívida pública galopante, os parlamentares e o governo não têm pudor em usar o dinheiro do contribuinte para agradar a categorias de **servidores públicos** em busca devotos. Houve reajustes para funcionários dos três Poderes, além da criação de gratificações, cargos e adicionais. Entre a eleição e a saúde das contas públicas, prevalece o ganho eleitoral imediato.

Em novembro, o Congresso aprovou o reajuste salarial para servidores do Judiciário em três parcelas sucessivas e cumulativas de 8% em 2026, 2027 e 2028 (as duas últimas foram vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva). O argumento principal eram perdas salariais de anos anteriores. Ora, o salário médio na Justiça aumentou 133% (descontada a **inflação**) de 1992 a 2019. Mesmo o baixo escalão do Judiciário faz parte da elite brasileira. Os 20% que ganham menos são mais bem remunerados que servidores em faixas salariais elevadas nas esferas municipal e estadual. A cada nova benesse, o fosso no funcionalismo fica maior.

Houve o agravante de vários projetos aprovados abrirem caminho para driblar o teto salarial do serviço público. Em dezembro, o Senado beneficiou servidores do Tribunal de Contas da União (TCU) com mimos. Um deles foi uma "licença compensatória",

permitindo a quem ocupa cargo de confiança solicitar dias de folga por acúmulo de "atividades extraordinárias". Os que não quiserem receberão em dinheiro, podendo ultrapassar o teto constitucional, sem pagar imposto de renda sobre a "indenização".

Na semana passada, a Câmara aprovou a criação de 16 mil vagas no Ministério da Educação (a maioria para professores), mais 1.500 no Ministério da Gestão. O governo tem feito esforço para repor e reforçar os recursos humanos antes da aprovação da reforma administrativa, que segue parada na Câmara. Os novos servidores continuarão seguindo regras incompatíveis com a boa gestão pública. A mistura de um Congresso fiscalmente irresponsável com um governo incapaz de reformar o Estado é um fardo que continuará a pesar sobre os contribuintes e sobre os usuários dos serviços públicos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Master: auditoria vê "copia e cola" em contratos

JOHANNS ELLER

Uma auditoria realizada pelo Ministério da **Previdência Social** sobre a compra de R\$ 400 milhões em letras financeiras do Banco Master pela Amapá Previdência (Amprev) concluiu que a autarquia e fundos de pensão de diferentes municípios brasileiros terceirizaram "indevidamente" a habilitação do Master para receber investimentos dos fundos. De acordo com o documento sigiloso obtido pela equipe da coluna do blog de Malu Gaspar no GLOBO, em ao menos três outras cidades de diferentes estados os documentos em que os órgãos avalizaram o Master eram idênticos. Variava só o valor de cada contrato.

Para a Previdência, o "copia e cola" é "um sinal evidente" de que não foram elaborados pelas entidades que botaram dinheiro no banco de Daniel Vorcaro. Aos auditores, os técnicos da Amprev admitiram que a documentação foi elaborada pelo próprio Master.

Com isso, ao invés de apresentarem análise dos riscos dos investimentos e da solidez do Master, os documentos eram uma "uma propaganda institucional" do banco de Daniel Vorcaro. Num dos trechos, a análise diz que o Master é um banco "com mais de 50 anos de história" que unia "tradição, solidez e credibilidade para entregar soluções personalizadas aos seus clientes".

O levantamento lista os municípios de Itaguaí (RJ), na Região Metropolitana do Rio, Aparecida de Goiânia (GO), no entorno da capital de Goiás, e Congonhas (MG), no interior mineiro. Todas compraram letras financeiras do Master e foram alvo de auditorias. O documento não deixa claro se o episódio se repetiu em outras cidades além das três citadas e do Amapá.

O aporte milionário da Amprev no Master ocorreu por pressão de indicados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), apesar da resistência de outros integrantes do fundo. O presidente do órgão, Jocildo Lemos, disse que havia tirado "um peso" de suas costas logo após aprovar a liberação de R\$ 200 milhões para o banco.

Confrontados com o fato de terem apenas reproduzido documentos do Master, técnicos do Amapá tentaram se justificar dizendo ter feito "tratamento mínimo da

checagem dos dados" fornecidos.

Para os auditores da **Previdência Social**, "tal fato não condiz com a realidade, uma vez que não há nada que o diferencie de termos de credenciamento efetuado por outros municípios onde o Banco Master teve seu processo de credenciamento aprovado".

Dentre as vantagens enumeradas pelos fundos no termo de credenciamento do Master estava a mudança do controle acionário em 2019, ano em que Vorcaro assumiu a instituição, que até então se chamava Máxima.

A partir deste momento, dizem os documentos, o banco se tornou "digital, ágil e moderno" e fez "alto investimento em pessoas, infraestrutura e tecnologia buscando crescimento consistente do banco e seus clientes", além de investir em "infraestrutura e tecnologias de alto impacto sem deixar de preservar seus valores e pilares", o que levou a uma "virada operacional" e "superação dos desafios do mercado" com uma "nova fase de crescimento sólido e gradativo".

"NEGLIGÊNCIA INCOMPATÍVEL"

Outros trechos que detalham as atividades exercidas pelo Master, as medidas de governança corporativa em tese implementadas pelo banco para mitigar conflitos de interesse e a conformidade da instituição junto ao Banco Central (BC) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), temas de crucial importância para fundos de pensão interessados em investir na instituição, também são idênticos.

A auditoria do Ministério da **Previdência Social**, que foi compartilhada com a Polícia Federal (PF) e integra o processo que apura os aportes do Amapá, apontou "negligência incompatível" com a responsabilidade fiduciária de fundos previdenciários por parte dos órgãos do estado e dos demais municípios em razão da "ausência de consideração analítica das informações disponíveis no processo decisório".

A pasta enfatizou que "a governança de fundos de pensão pressupõe análise criteriosa de riscos e não pode ser substituída por procedimentos meramente formais de credenciamento, como a simples afirmação da conformidade, sem a apresentação de elementos

concretos que a sustentem".

"A ausência de verificação do histórico de cumprimento de obrigações financeiras compromete substancialmente a possibilidade de previsão", ressaltou o documento em relação à falta de checagem dos dados do Master.

Para a Previdência, a perspectiva de segurança dos futuros pagamentos "foi ignorada" e os elementos analisados foram "insuficientes", o que resultou em uma "omissão que não apenas compromete a eficácia do processo de credenciamento, mas coloca em risco a segurança dos recursos dos segurados" da Amprev.

O aporte de R\$ 400 milhões da Amprev no Banco Master foi aprovado em apenas três reuniões que ocorreram de forma sequencial entre 12 e 30 de julho de 2024.

Na primeira reunião, que liberou R\$ 200 milhões para a compra de letras financeiras do Master, Lemos se disse aliviado com o resultado "satisfatório" da votação, que foi unânime, e disse que "havia ônus e bônus de todas as lições e atribuições da vida". Lemos é próximo de Alcolumbre. Foi tesoureiro de sua campanha à reeleição no Senado em 2022 e agradeceu publicamente pela indicação para a Amprev.

O negócio havia sido proposto ao comitê de investimentos por outro indicado de Alcolumbre, o conselheiro José Milton Gonçalves. No segundo encontro, Gonçalves propôs comprar mais R\$ 100 milhões, mas a ideia encontrou resistência no colegiado.

Outros integrantes do comitê manifestaram preocupação com a repercussão de um parecer técnico sigiloso da Caixa, revelado pela equipe do blog de Malu Gaspar, que se opôs a um investimento de R\$ 500 milhões no mesmo título do Master por parte do banco estatal e classificou a operação como "altamente arriscada".

Como a Amprev já havia comprado R\$ 200 milhões dos mesmos títulos rejeitados por técnicos da Caixa e Gonçalves queria ampliar ainda mais a carteira, dois conselheiros, Gláucio Bezerra e Alexandre Monteiro, defenderam que o fundo buscasse maiores informações junto ao banco público e ao Tribunal de Contas da União (TCU), que havia cobrado explicações da estatal sobre as tratativas.

As propostas foram rejeitadas por Lemos. O comitê aprovou diligência presencial no Master para checar dados.

Em nota divulgada pela Presidência do Senado na sexta-feira, Alcolumbre defendeu que o caso seja "devidamente apurado, investigado, esclarecido e conduzido com transparência e respeito ao devido processo legal" e que "os verdadeiros culpados sejam punidos, na forma da lei".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária: com extinção do PIS, Cofins e IPI, R\$ 40 bilhões em benefícios fiscais deixarão de existir em 2026

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

A **reforma tributária** substituirá PIS, Cofins e IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e um imposto seletivo, mantendo mais de R\$ 150 bilhões em benefícios fiscais.

Setores da economia serão beneficiados pela desoneração de investimentos e exportações, além do resarcimento de **tributos** em cadeias produtivas.

A futura alíquota da CBS, que unificará **tributos** federais, é estimada em cerca de 28%, tornando-se uma das maiores do mundo.

A alta carga tributária sobre o consumo no Brasil gera regressividade, arrecadando proporcionalmente mais de quem tem menor renda.

??Incentivos fiscais são valores que deixam de ingressar nos cofres públicos, por conta de leis aprovadas, beneficiando setores específicos da economia, regiões ou contribuintes por meio da isenção ou redução de **tributos**.

??Como esses **tributos** acabarão em 2026 e os benefícios não foram renovados, não será mais possível conceder incentivos com base neles no próximo ano - quando eles serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo tributo federal sobre o consumo que entrará no lugar desses **impostos**, e pelo imposto seletivo (chamado também de imposto do pecado).

De acordo com dados do Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT) da Secretaria da **Receita Federal**, que consta no orçamento deste ano, os R\$ 40 bilhões em benefícios fiscais que serão extintos representam cerca de 6,5% do valor total de R\$ 612,8 bilhões (4,4% do Produto Interno Bruto).

O DGT, porém, não engloba todos os benefícios fiscais existentes. Estudo divulgado pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** do Brasil (Unafisco Nacional) no fim do ano passado estimou, por exemplo, que os incentivos fiscais somarão quase R\$ 1 trilhão em 2026.

??Se por um lado estes segmentos perderão benefícios fiscais, por outro todos os setores da economia serão beneficiados por uma premissa básica da **reforma tributária**, segundo o governo: a desoneração completa dos investimentos e das exportações.

??Ao mesmo tempo, como a reforma prevê um regime não cumulativo, as empresas também serão resarcidas dos **tributos** pagos em cadeias anteriores da produção - algo que não acontece atualmente.

Com o fim do PIS, Cofins e do IPI, e dos benefícios fiscais ligados a eles, em tese haverá aumento de arrecadação na mesma proporção no próximo ano, ou seja, de cerca de R\$ 40 bilhões em 2027.

Outro fator que elevará a arrecadação no próximo ano será o imposto seletivo (chamado de imposto do pecado) para produtos nocivos, como álcool, tabaco, bebidas açucaradas e combustíveis poluentes. O imposto seletivo ainda tem de ser regulamentado pelo Congresso Nacional.

??Em contrapartida, a **reforma tributária** manteve vários benefícios existentes, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus (ZFM), além de defensivos agrícolas, entidades filantrópicas, livros, equipamentos médicos, transporte coletivo e de passageiros, táxis e automóveis para portadores de deficiência. Mais de R\$ 150 bilhões em benefícios foram mantidos pelo Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, o Legislativo também definiu reduções adicionais de **impostos** para cesta básica e medicamentos, além de ter estabelecido subsídios para alguns setores da economia.

No fim das contas, tanto as reduções de incentivos e o imposto seletivo - que elevarão a arrecadação - e os novos benefícios (investimentos, exportações, cesta básica, remédios e setores da economia) aprovados pelo Congresso Nacional, atuando para reduzir as receitas, serão considerados para o cálculo da futura alíquota da CBS - novo tributo federal sobre o consumo que começará em 2027.

??O objetivo da **reforma tributária** é manter o atual peso dos **impostos** sobre o consumo que já existe - que é um dos maiores do mundo. Com isso, estimativas apontam que a futura CBS nascerá com uma das maiores alíquotas do planeta, em cerca de 28% (englobando o governo, estados e municípios).

??A consequência da concentração maior da carga tributária brasileira sobre o consumo no Brasil é o alto grau de **regressividade** (se arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos).

??Em países mais desenvolvidos, há um peso maior da tributação sobre a renda, algo que não foi implementado no Brasil mesmo com a isenção de até R\$ 5 mil no IR e a taxação dos mais ricos para compensar essa perda de arrecadação.

??O cálculo da alíquota da CBS, que começa em 2027, está sendo feita pela **Receita Federal** com técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e será divulgado até meados deste ano.

??De 2029 a 2032, haverá a transição do ICMS estadual e do ISS municipal para o IBS (o futuro tributo sobre consumo dos estados e municípios) - que terá alíquota cheia a partir de 2033.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/02/12/reforma-tributaria-com-extincao-do-pis-cofins-e-ipi-r-40-bilhoes-em-beneficios-fiscais-deixaraoo-de-existir-em-2026.ghtml>

TJ-SP recorre contra suspensão de penduricalhos

EDUARDO GONÇALVES E SÉRGIO QUINTELLA

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) recorreu ontem da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, que determinou aos três Poderes a revisão e suspensão dos penduricalhos ilegais do serviço público, ou seja, aqueles não previstos em lei.

"E de rigor, em prestígio da solução temporária e em deferência ao Poder Legislativo, aguardar, dentro de espaço de tempo razoável, a atuação do órgão competente, antes assim de se impor uma disciplina substitutiva", diz o texto, assinado pelo presidente do TJ-SP, Francisco Loureiro, e a advogada da instituição, Solange Sugano.

Ao questionar decisão de Dino sobre penduricalhos, Loureiro disse que não cabe aos membros do Supremo a fixação do regramento aplicado aos órgãos brasileiros, antes de o Congresso analisar o assunto "em prazo razoável", e defendeu um "período transitório" até Congresso criar lei.

Em sua decisão liminar, Dino listou como exemplos de penduricalhos licenças compensatórias convertidas em dinheiro, gratificações por acúmulo de funções exercidas na mesma jornada, auxílios diversos sem comprovação de despesas e a conversão recorrente de férias e licenças em pecúnia. Conforme a determinação, os três Poderes têm 60 dias para suspender os pagamentos sem base legal.

REMUNERAÇÃO DE R\$ 121 MIL

Levantamento do GLOBO mostra que, no ano passado, o TJ-SP pagou, em média, R\$ 82.429 de penduricalhos por mês para cada juiz ou desembargador do órgão. Somados aos salários, de R\$ 38.920,82, os contracheques médios dos magistrados paulistas chegaram a R\$ 121.350, um recorde histórico. É um valor que supera, e muito, o teto do funcionalismo público previsto na Constituição, de R\$ 46 mil.

Há ainda o contraste com a média da renda do trabalho no Brasil, que, segundo o IBGE, é de R\$ 3,6 mil mensais.

No recurso, o TJ-SP faz um apelo para que o Supremo demonstre uma "autocontenção judicial" e leve em

conta as "consequências práticas" da medida, a "estabilidade institucional", a "segurança jurídica" e a "viabilidade administrativa".

Loureiro faz ainda no recurso dois pedidos a Dino: cassação da decisão anterior e, caso negada a solicitação, um "prazo razoável", além dos 60 dias, para que o Congresso legisle sobre o tema.

Os supersalários estão presentes em todo o Judiciário, mas o TJ-SP é, entre os tribunais estaduais, o que mais gasta com a remuneração de magistrados acima do teto constitucional, segundo levantamento do pesquisador Bruno Carazza. São 11 penduricalhos, sendo sete para juízes e desembargadores e quatro para servidores em geral.

Entre os benefícios mensais recebidos pelos membros do TJ-SP estão auxílio-saúde, entre R\$ 2.800 e R\$ 4.200, e licença compensatória, em média de R\$ 15 mil. Esta última rubrica, criada em 2023, incorporou outras duas fontes extras de pagamento, a gratificação por acumulação de acervo processual e a gratificação por acumulação de jurisdição.

Os dados do levantamento foram obtidos no portal Remuneração de Magistrados, do Conselho Nacional de Justiça. Nem todos os servidores ou magistrados receberam os valores acima do teto constitucional, pois trata-se de uma média, ao mesmo tempo em que alguns deles tiveram contracheques superiores a R\$121 mil.

- Em termos líquidos, os ministros do STF ganharam por mês algo em torno de R\$ 29 mil. Ou seja, os juízes de São Paulo estão ganhando mais de quatro vezes o rendimento líquido dos ministros do Supremo, o que não faz nenhum sentido - afirma Carazza, professor associado da Fundação Dom Cabral.

Os pagamentos adicionais aos membros do TJ-SP resultaram em pelo menos R\$ 314 milhões de despesas aos cofres públicos em 2025, um aumento de R\$ 25% na comparação com o ano anterior. São recursos que consomem **impostos** pagos pelos contribuintes em desrespeito à Constituição e contribuem para o aumento da desigualdade social no país.

ENTIDADES QUEREM OPINAR

Procurado, o TJ-SP informou que todos os pagamentos "serão analisados dentro do prazo estipulado pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal. Os valores pagos no ano passado constam no Portal Transparência".

O globo informou que um grupo de entidades que representa magistrados, integrantes do Ministério Público, defensores públicos e membros de tribunais de contas pediu ao ministro Dino para participar da ação sobre os penduricalhos. Entre elas, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ibovespa atinge novo recorde

» RAPHAEL PATI » PEDRO JOSÉ*

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) atingiu um novo recorde, ontem. Pela primeira vez na história, o principal índice da B3 chegou ao patamar de 190 mil pontos durante o dia de operações, em uma sessão em que a bolsa subiu 2,03%, encerrando o pregão aos 189.699 pontos. Desde o primeiro dia do ano, o Ibovespa acumula uma alta de 17,73%. No mês, a alta é de 4,6%.

As principais ações do índice fecharam com altas consistentes.

Os papéis da Vale (VALE3) subiram 3,5%, cotadas a R\$ 90,08, enquanto as da Petrobras (PETR3) avançaram 3,16%. Entre as instituições financeiras, o destaque foram as ações do Bradesco (BBDC3), que valorizaram 2,96%, cotadas a R\$ 21,50.

No cenário internacional, a publicação do payroll - dados sobre o mercado de trabalho dos EUA - veio com um resultado melhor do que o esperado para o mês de janeiro.

Mesmo assim, o mercado tratou o relatório como insuficiente para reverter a tendência de entrada de capitais para países emergentes, como o Brasil, o que permitiu que o real permanecesse forte em relação ao dólar, na avaliação de Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad.

"O ambiente externo ainda favorável a mercados emergentes, com fluxo global relevante de capitais em direção a ativos de maior retorno - movimento que segue beneficiando o real, apesar do payroll mais forte nos EUA", avalia o especialista. Ontem, o dólar voltou a cair, com queda de 0,17%, cotado a R\$ 5,18. Já as bolsas nos EUA fecharam em leve queda, com Dow Jones fechando com 0,13% de baixa, enquanto que S P e Nasdaq encerraram o pregão com -0,01% e -0,16%.

O economista Thomás Cordeiro, da Finance Consultoria, avalia que os movimentos recentes do câmbio e da Bolsa estão ligados principalmente ao ingresso de capital estrangeiro. De acordo com Cordeiro, o cenário internacional tem estimulado a diversificação de ativos, diante das incertezas geradas pela política econômica dos Estados Unidos. "Esse ambiente afeta o papel do dólar como reserva de valor global e contribui para um aumento do fluxo de capitais para mercados emergentes", disse.

Nesse contexto, o Brasil tem se destacado como destino desses recursos, impulsionado também pelo diferencial de juros reais. Para ele, ao observar o câmbio real ajustado pela inflação brasileira e norte-americana nos últimos 10 ou 15 anos, o real ainda se encontra em patamar desvalorizado. Contudo, na avaliação de Cordeiro, existe espaço para continuidade desse movimento.

"Alguns analistas acreditam que o dólar possa chegar a R\$ 4,50. Não significa que isso vá acontecer, mas é uma tendência possível", disse Cordeiro.

Risco de correção Em relação ao Ibovespa, que caminha para os 200 mil pontos, a considerar o ritmo atual de valorização, o gestor da Hike Capital, Ângelo Belitardo, alerta que há um risco de correção violenta, sobretudo porque alta puxada por fluxo de capitais tende a amplificar movimentos na reversão.

"Quando o comprador marginal é concentrado (não residente) e o mercado local não recompõe demanda na mesma intensidade, a queda pode ser rápida via realização, redução de risco e efeito câmbio, ou seja, real mais fraco costuma piorar o retorno em dólar e acelera saídas", considera.

O Ibovespa teve o melhor resultado para o mês de janeiro em 20 anos, com uma alta acumulada de 13%, mantendo o ritmo de valorização do ano anterior. Apesar disso, o especialista da Hike explica que o "gatilho" típico de reversão seria uma piora súbita nas condições financeiras globais, com dólar forte e juros longos mais altos, além de uma frustração com a trajetória da política fiscal doméstica.

Segundo ele, em ano de eleição, é praticamente impossível prever o rumo da bolsa.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correobraziliense.com.br/correobraziliense/2026/02/12/all.pdf>

Galípolo: "Banco Central é mais transatlântico do que jet ski"

ANA FLÁVIA PILAR

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou ontem que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa básica de juros em 15% ao ano na reunião de janeiro envolveu incertezas que exigiram postura conservadora antes do início de um ciclo de cortes "com maior confiança". Ele frisou que a autoridade monetária deve agir com "serenidade", comparou o BC a um transatlântico e defendeu um ambiente "mais amigável e convidativo para que o investimento privado possa ocorrer", com aumento da produtividade da economia brasileira:

-É algo que não vai acontecer do dia para a noite. É um momento meio Criança Esperança aqui, depende de nós. Está dependendo de a gente conseguir fazer movimentos para que se apresente a o mundo como um polo de atração de investimento privado.

Sobre a última reunião do Copom, ele citou "incerteza em projeções" e confirmou que o ciclo de cortes deverá começar em março:

-Neste ambiente onde você tem menos confiança, dado o tamanho da incerteza em projeções, a atitude do Copom foi ser mais conservador e esperar 45 dias para que a gente possa iniciar esse ciclo com maior confiança. Sobre o resto do ano, o que a gente pode dizer é muito mais sobre a nossa função de reação. A gente vai consumir os dados e encarar os números com serenidade. O que significa isso? Significa que o Banco Central está mais para um transatlântico do que para um jet ski. Ele não pode fazer grandes movimentos e mudanças. Ele se move de uma maneira mais comedida e segura -afirmou Galípolo, que participou do CEO Conference, evento organizado pelo BTG Pactual, em São Paulo.

Sobre a volatilidade inerente à proximidade das eleições,

Galípolo afirmou que "a visão do BC é agnóstica" e seu o horizonte relevante já ultrapassa o período eleitoral:

- A gente vai responder dentro do framework, que é a função de reação do Banco Central para a política monetária ou para a gestão cambial, passando o que podem ser os ruídos decorrentes da inflação.

Ninguém gostaria, e acho que não colaboraria com o nosso mandato, ter um BC que fica mudando a sua função de reação em função de cada p es-quista eleitoral que vai sair ou em função de qualquer coisa que possa ser uma propaganda ou alguma coisa nesse sentido. Não me parece ser o papel que o BC deveria desempenhar.

DEFESA DA META

Segundo Galípolo, a meta de inflação está alinhada ao padrão adotado por outros países e aproxima o Brasil das demais economias. Ele disse que é preciso discutir por que o país precisa de juros mais altos do que seus pares para que a inflação fique na meta. Segundo ele, ganhos de produtividade tendem a contribuir com a política monetária, o equilíbrio das contas públicas, os negócios e a macroeconomia

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Justiça Federal de São Paulo livra varejista do adicional de 10% sobre o lucro presumido

Laura Ignacio

A Justiça Federal de São Paulo proferiu liminar que livra o grupo de lojas de artigos esportivos Alluvic de pagar 10% de tributação extra sobre o lucro presumido. O adicional foi criado por meio da Lei Complementar (LC) nº 224/25, majorando as alíquotas do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas nesse regime de tributação.

A Justiça do Rio concedeu a primeira liminar nesse sentido (processo nº 5000259-79.2026.4.02.5116), mas não havia notícia de decisão favorável do Judiciário paulista. Apesar de não ser definitiva, ela pode influenciar outros magistrados ao analisar o mesmo tema.

A juíza Silvia Figueiredo Marques, da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo, entendeu que "não pode, o legislador, alterar a realidade e transformar uma forma de tributação, prevista em lei, em um benefício" (processo nº 5004081-07.2026.4.03.6100). A justificativa da lei para a tributação extra é que tal regime seria equivalente a benefício fiscal.

Empresas com faturamento anual de até R\$ 78 milhões podem ser tributadas pelo lucro presumido. Nesse regime, a **Receita Federal** estima o lucro com base em um percentual da receita bruta e o IRPJ e a CSLL são calculados sobre essa margem, que é presumida trimestralmente.

No apagar das luzes de 2025, a LC 224 reduziu ou impôs critérios de concessão de isenções, alíquotas zero, reduções de base de cálculo e créditos presumidos pela União. Uma das medidas foi a majoração em 10% sobre as margens de presunção para o cálculo do IRPJ e CSLL no regime do lucro presumido.

O adicional será cobrado para faturamento acima de R\$ 5 milhões por ano ou de R\$ 1,25 milhão por trimestre - na prática, isso anteciparia a tributação, segundo tributaristas. Por ser trimestral, a primeira cobrança de IRPJ e CSLL, com base na LC 224/2025, acontecerá em abril.

Na ação, a advogada Maria Gois, do escritório Gois Advogados, argumentou que o artigo 44 do Código

Tributário Nacional (CTN) prevê que o lucro presumido é um regime de tributação. Sendo assim, diz ela, não trata-se de um benefício fiscal e não pode ser reduzido.

Segundo a advogada, a lei complementar gera insegurança para as empresas sobre quais serão as consequências da redução de benefícios fiscais, após a **reforma tributária**. "Para justificar um aumento de carga tributária, o que desorganiza a lógica do novo sistema como um todo, a LC manda tributar uma renda inexistente", diz.

No processo, a empresa alega ainda que a LC 224/25 impõe consequências imediatas no fluxo de caixa e no risco fiscal. Para Lucas Sarafian, sócio-administrador da empresa que conseguiu a decisão, a liminar é importante porque "não há espaço para mais carga tributária".

O empresário afirma que o mercado como um todo, especialmente o varejo, será prejudicado pela legislação nova, "considerando que a carga tributária já é bem elevada". "Além disso, já temos custos altos com funcionários, aluguéis das lojas nos shopping centers e a economia não vem acompanhando o ritmo dos reajustes desses custos", diz.

Embora a decisão da Justiça de São Paulo tenha sido proferida em caráter liminar, para a advogada Aline Braghini, sócia do CM Advogados, ela possui sólidos argumentos jurídicos. "Claramente, o lucro presumido não se trata de benefício fiscal, o que foi destacado na decisão. Por isso, a expectativa é de que a sentença deve confirmar a liminar", afirma.

A tendência é a confirmação da liminar pelo tribunal também para o tributarista Edison Fernandes, sócio do FF Law. "Acredito que isso deve ser confirmado inclusive nas Cortes superiores", diz. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já entrou com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) argumentando que a LC nº 224/2025 é inconstitucional (ADI 7920).

A tese também poderá ser usada em novas discussões, aponta Fernandes. "Em relação a todo regime alternativo de tributação que tentem restringir no futuro, como Zona Franca Manaus e Simples Nacional, será possível argumentar que não é

benefício fiscal", afirma.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não se manifestou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Dinheiro do Rioprevidência voa pela janela

» RAFAELA GONÇALVES

Uma mala com R\$ 429 mil em dinheiro foi arremessada pela janela de um apartamento em Balneário Camboriú (SC), durante a operação Operação Barco de Papel, da Polícia Federal (PF), que investiga crimes relacionados ao Banco Master e à gestão de recursos do Rioprevidência - Fundo Único de **Previdência Social** do Estado do Rio de Janeiro, autarquia que administra aposentadorias e pensões do funcionalismo fluminense e de seus dependentes. O nome da pessoa que tentou se livrar do dinheiro vivo não foi divulgado, mas o montante foi recuperado.

Na operação, os agentes também apreenderam dois veículos de luxo e dois celulares.

O ocupante do imóvel do qual foi jogada a mala tem ligação com Deivis Marcon Antunes, ex-presidente do Rioprevidência, que está preso.

As ordens judiciais foram expedidas pela 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, com base em indícios de obstrução de investigações e ocultação de provas. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em Balneário Camboriú e Itapema, também em Santa Catarina, com apoio da delegacia de PF em Itajaí.

A Barco de Papel investiga nove operações financeiras realizadas entre novembro de 2023 e julho de 2024, nas quais o Rioprevidência aplicou cerca de R\$ 970 milhões em Letras Financeiras emitidas pelo Master. Segundo a PF, os crimes sob apuração incluem gestão fraudulenta, desvio de recursos, indução em erro de repartição pública, fraude à fiscalização ou ao investidor, além de associação criminosa e corrupção passiva.

O ex-presidente da Rioprevidência teve a prisão temporária convertida em preventiva, ontem, pela Justiça Federal. Deivis permanece detido no Presídio José Frederico Marques, em Benfica - na Zona Norte do Rio de Janeiro -, desde sua prisão, em 3 de fevereiro, durante a segunda fase da operação, conforme informações da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Prisões Na primeira fase da Barco de Papel, realizada em 23 de janeiro, o apartamento de Deivis foi alvo de busca e apreensão. Foram detectadas "movimentações suspeitas de retirada de documentos", manipulação de provas digitais e a

transferência de dois veículos de luxo para terceiros.

Na segunda fase, os gêmeos Rodrigo e Rafael Schmitz - que ajudaram o ex-presidente do Rioprevidência a obstruir as investigações, segundo a PF - foram presos.

O Banco Central (BC) determinou a liquidação do Master em 19 de novembro de 2025. Apesar do encerramento das atividades do banco, o Rioprevidência informou que os pagamentos a aposentados e pensionistas estavam garantidos.

Os investimentos no banco de Daniel Vorcaro foram feitos entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034.

Ao todo, 18 entes da Federação aplicaram recursos de seus Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) em letras financeiras emitidas pelo Master. O total chega a R\$ 1,86 bilhão.

Entre esses fundos, pelo menos oito apresentam déficits financeiros - entre os maiores estão o Amazonprev, do estado do Amazonas, com R\$ 751,1 milhões de prejuízo nas contribuições de servidores civis; o Amprev, do Amapá, com R\$ 394,9 milhões entre contribuições de servidores militares; Maceió Previdência, com R\$ 299,4 milhões; e o Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande, com R\$ 124,8 milhões.

Site:

<https://edicao.correobraziliense.com.br/correobraziliense/2026/02/12/all.pdf>

Atividades intelectuais reduzem comprometimento da mente

Desafiar a mente com atividades intelectuais, como ler, escrever e aprender um idioma, está associado a uma redução de até 38% do risco de desenvolver Alzheimer e de 36% na probabilidade de sofrer comprometimento cognitivo leve. Segundo um estudo publicado ontem na revista *Neurology*, pessoas com maior nível de aprendizado ao longo da vida podem adiar entre cinco e sete anos a neurodegeneração, comparado àquelas submetidas a poucos estímulos do tipo.

"Nosso estudo analisou o enriquecimento cognitivo desde a infância até a idade adulta, com foco em atividades e recursos que estimulam a mente", disse, em nota, a autora do artigo, Andrea Zammit, do Rush University Medical Center, em Chicago.

"Nossos resultados sugerem que a saúde cognitiva na idade adulta é fortemente influenciada pela exposição ao longo da vida a ambientes intelectualmente estimulantes." A pesquisa foi realizada com 1.939 pessoas com idade média de 80 anos, neurologicamente saudáveis no início e acompanhadas por cerca de oito anos.

Os participantes responderam a questionários sobre atividades cognitivas e recursos de aprendizagem em três fases. O enriquecimento precoce, antes dos 18 anos, incluiu a frequência com que ouviam histórias e liam livros, o acesso a jornais e atlas em casa e o estudo de um idioma estrangeiro por mais de cinco anos.

Biblioteca O enriquecimento na meia-idade incluiu o nível de renda aos 40 anos, recursos domésticos, como assinaturas de revistas, dicionários e carteiras de biblioteca, e a frequência de atividades como visitar um museu.

A partir de 80 anos, foram incluídas a frequência de leitura, escrita e jogos, e a renda total proveniente da **Previdência Social**, aposentadoria e outras fontes.

Após ajustes para fatores como idade, sexo e escolaridade, os pesquisadores descobriram que pontuações mais altas em atividades enriquecedoras ao longo da vida estavam associadas à redução significativa de risco de desenvolvimento da doença na velhice. "Investimentos públicos que ampliem o acesso a ambientes enriquecedores, como bibliotecas e

programas de educação infantil projetados para despertar o amor pelo aprendizado ao longo da vida, podem ajudar a reduzir a incidência de demência, acredita Zammit.

O neurocirurgião Marcelo Valadares, pesquisador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) reforça a importância de se desenvolver ao longo da vida a chamada "reserva cognitiva". "Crianças expostas a estímulos intelectuais, leitura e resolução de problemas tendem a formar uma reserva maior. Quanto mais estímulo intelectual e afetivo recebe, maior será sua capacidade de lidar com lesões e declínios no futuro", afirma. (PO)

Site:

<https://edicao.correobraziliense.com.br/correobraziliense/2026/02/12/all.pdf>

Brasil tem novo bilionário: fundador do Agibank entra para lista após IPO da fintech

Por O Globo - Rio de Janeiro

O fundador da fintech brasileira Agi Inc., conhecida como Agibank, Marciano Testa, tornou-se bilionário nesta quarta-feira apesar de uma estreia conturbada na New York Stock Exchange. As ações da companhia fecharam o primeiro dia de negociação em queda de 10%, após a empresa reduzir, de última hora, tanto o preço quanto o volume de papéis ofertados.

Mesmo assim, a participação de 63% de Testa no Agibank passou a valer cerca de US\$ 1,1 bilhão (cerca de R\$ 5,7 bilhões), considerando o preço de fechamento de US\$ 10,75.

A listagem marca apenas a segunda grande abertura de capital de uma empresa brasileira nos Estados Unidos desde 2021. O movimento ocorre poucas semanas após o IPO da fintech PicPay, que estreou na Nasdaq no mês passado. Apesar de ter precificado a oferta no topo da faixa indicativa, as ações da empresa acumulam queda de 23% desde então.

Antes dessas operações, o último IPO relevante de uma companhia brasileira nos EUA havia sido o do banco digital Nu Holdings, liderado por David Vélez. Segundo o Bloomberg Billionaires Index, Vélez possui fortuna estimada em US\$ 17 bilhões, majoritariamente vinculada à sua participação no Nubank.

A abertura de capital diluiu a fatia acionária de Testa, mas não seu controle. Suas ações são da classe B, com poder de voto ampliado, o que lhe garante cerca de 95% dos direitos de decisão. Embora esses papéis não sejam negociados em Bolsa, ele pode convertê-los em ações ordinárias e vendê-las mantendo o comando da empresa.

O Agibank vinha avaliando uma listagem nos Estados Unidos desde pelo menos 2019. Antes disso, tentou abrir capital na B3, sem sucesso. O modelo de negócios do Agibank combina plataforma digital com mais de 1.000 "smart hubs" físicos espalhados pelo país. Em setembro, a fintech registrava mais de 6,4 milhões de clientes ativos.

Marciano Testa cresceu ao lado de cinco irmãos. Com ascendência italiana, aprendeu a falar o idioma europeu antes do português, segundo o Money Times. Aos oito anos, vendia bolos feitos pela mãe. Aos 14,

conseguiu emprego na Tramontina, após indicação de um cliente da jardinagem que era professor do Senai.

Quando fez 17 anos, abriu sua própria empresa no ramo de confecção. No mesmo período, fazia faculdade de administração em Caxias do Sul. Chegou a abrir duas lojas, mas viu o negócio não decolar. Após esse empreendimento, apostou na MMC Alimentos, uma distribuidora, quando viu oportunidade de investir em crédito consignado.

Aos 23, fundou a Agiplan, plataforma de crédito que realizava a conexão entre correspondentes e bancos. Com a regulamentação do crédito consignado, a fintech movimentava R\$ 550 milhões por mês, entre 2007 e 2010, afirmou o portal Money Times.

A principal frente de atuação, hoje, é o crédito consignado para aposentados, com parcelas descontadas diretamente dos benefícios do INSS.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/02/12/brasil-tem-novo-bilionario-fundador-do-agibank-entra-para-lista-apos-ipo-da-fintech.ghtml>

Caso Master e do INSS começaram em governo que não detectava corrupção, diz ministro da CGU

Brasília

CGU/Carvalho: Caso Master e do **INSS** começaram em governo que não detectava corrupção -

O ministro da Controladoria Geral da União, Vinicius de Carvalho, afirmou nesta quinta-feira que os casos das fraudes do banco Master e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começaram em governos que não detectavam corrupção. Ele participa do programa "Bom dia, ministro", da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Durante a entrevista, Carvalho fez uma comparação do combate à corrupção a uma cidade que tem ou não um aparelho de ressonância magnética. Ou seja, uma cidade que tem esse equipamento, combate o câncer e tem índice de pessoas com a doença. Quem não tem, não investiga e afirma não haver doentes.

"O governo do presidente Lula é o governo em que tem ressonância magnética, é o governo em que as pessoas podem ter certeza que a CGU faz o seu trabalho, a Polícia Federal faz o seu trabalho, a **receita federal** faz o seu trabalho e todos os órgãos responsáveis por controle, fiscalização e investigação fazem o seu trabalho", disse.

Ele afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não politiza o tema da corrupção. Para ele, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) citava muito o tema, mas não fazia nada sobre.

"É melhor um presidente que não politiza o tema da corrupção, como o presidente Lula não politiza e deixa as instituições trabalharem, do que um presidente que fala de corrupção todo dia como a gente tinha no Brasil e não fazia nada, não enfrentava o tema na verdade", completou.

O ministro citou aspectos de uma pesquisa da OCDE em que os brasileiros têm mais confiança no setor público e no combate à corrupção. Ele criticou, porém, índices que contabilizam apenas a percepção de corrupção, que teria crescido em outra pesquisa.

"Se o índice ao detectar uma percepção pior da

população sobre corrupção está detectando que na verdade isso está acontecendo por conta desses casos que estão sendo descobertos, o índice tem que ser discutido, tem que ser debatido, porque o índice pode premiar a cidade que não tem ressonância magnética e qual é o sentido disso, qual é a utilidade disso", disse.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Caso Master e do **INSS** começaram em governo que não detectava corrupção, diz ministro da CGU

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/02/12/caso-master-e-do-inss-comecaram-em-governo-que-nao-detectava-corrupcao-diz-ministro-da-cgu.htm>